



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACANJUBA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

DECISÃO

Impugnação ao Edital
Pregão Presencial nº 41/2020

1. DAS PRELIMINARES

Trata-se de Impugnação ao Edital dos autos do Pregão Presencial nº 41/2020, Sistema de Registro de Preços – Menor Preço por Item, objetivando a aquisição eventual e sob demanda de Materiais Médicos, Laboratoriais e Hospitalares para suprir as demandas das Unidades de Saúdes ligadas à Secretaria Municipal de Saúde de Piracanjuba/GO, realizada pela Empresa **Atividade Comércio de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda.**, inscrita no CNPJ sob o nº 33.772.464/0001-75, estabelecida na Rua 07, s/n, Quadra 53-A, Lote 05, Vila Brasília – Aparecida de Goiânia/GO.

2. DAS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO

A impugnante questiona em síntese, as seguintes razões de fato e de direito para justificar a medida interposta:

I. O Edital, através do Termo de Referência está conduzindo a licitação à Inexequibilidade de preços, inviabilizando a apresentação de propostas de preços, pois os preços estimados dos itens não permitirão a cotação dos produtos, por serem inferiores ao de mercado.

A referida impugnação encontra-se em sua íntegra anexado aos autos do Pregão Presencial nº 41/2020, encontra-se ainda devidamente publicada no Site Oficial da Prefeitura de Piracanjuba, fazendo parte e como se aqui estivesse transcrito.

3. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE

Requer a Impugnante:

I. O acolhimento da impugnação;



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACANJUBA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

II. A correção dos valores estimados dos itens 01/ 02/ 14/ 15/ 33/ 35/ 37/ 65/ 66/ 67/ 69/ 70/ 86/ 87/ 88/ 89 e 124 referentes ao Lote 01 do Edital por estarem *“claramente em desacordo com os preços vigentes no mercado”*;

III. Que seja reiniciado o procedimento licitatório inclusive com novas publicações pela imprensa.

4. DA ANÁLISE E JULGAMENTO

Cumpridas as formalidades legais, verifica-se que a impugnação protocolada sob o nº 90327/2021 no Departamento de Apoio da Prefeitura de Piracanjuba, no dia 27 de janeiro de 2021 pela empresa **Atividade Comércio de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda.**, inscrita no CNPJ sob o nº 33.772.464/0001-75 é tempestiva, vez que atende ao exigido no Edital, bem como ao art. 41, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Preliminarmente, esta Pregoeira diligenciou o referido processo à Procuradoria Geral da Prefeitura de Piracanjuba/GO a fim de exarar Parecer Jurídico em relação à Impugnação realizada.

Adentrando ao mérito, ressalta - se que o Processo Administrativo protocolado sob o nº 7041/2019 autuado na modalidade de licitação Pregão Presencial nº 41/2020, Sistema de Registro de Preços – do tipo menor preço por item, tem por objeto materiais médicos, laboratoriais e hospitalares, objetos estes que pela incidência do COVID 19 sofreram e ainda sofrem continuas altas em sua precificação, devido à excessiva demanda, observa-se que os itens recorridos são utilizados não somente em atendimentos básicos como no enfrentamento da Pandemia.

Os orçamentos realizados para formação de preço parâmetro na licitação datam-se do ano de 2020 demonstrando que as alegações no tocante a variações de preços possuem fundamentos, já que os efeitos da Pandemia são mundiais.

Cabe então, aos notáveis profissionais do Fundo Municipal de Saúde, e de forma precípua, aos farmacêuticos, analisarem a especificação dos 125 (cento e vinte e cinco) itens a



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACANJUBA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

serem licitados e opinar pela continuidade ou não do referido, sendo que comprovada a inexequibilidade dos preços impede a continuidade do certame licitatório.

5. DA DECISÃO

Diante do exposto acima, e considerando Parecer Jurídico datado de 11 de fevereiro de 2021, exarado pelo Assessor Jurídico do Município Dr. Leonardo Oliveira Rocha, OAB/GO nº 22.140, a Pregoeira decide pelo conhecimento da Impugnação interposta pela Empresa **Atividade Comércio de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda.**, inscrita no CNPJ sob o nº 33.772.464/0001-75 dada sua tempestividade e regularidade formal, e no mérito, **dar-lhe total provimento** pelos motivos acima descritos.

Dito isto, encaminho os autos do Processo Administrativo protocolado sob o nº 7041/2019, autuado na modalidade Pregão Presencial nº 41/2021 à Secretaria Municipal de Saúde para analisarem a especificação e a exequibilidade dos itens constantes no Termo de Referência do processo mencionado.

Após a conferência da exequibilidade dos itens a serem licitados e caso comprovado a inexequibilidade dos referidos, que se formalize novo procedimento licitatório para evitar que os itens se quedem fracassados ou desertos.

Notifique-se;

Publique-se.

Sem mais.

Piracanjuba/GO, aos 12 dias do mês de fevereiro de 2021


Jacqueline Silva Campos
Pregoeira Oficial



**ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACANJUBA**



**Processo nº: 7041/2019
Despacho Jurídico**

Despacho Jurídico

Processo nº 7041/2019

Interessados: Fundo Municipal de Saúde do Município de Piracanjuba (Hospital Municipal, Laboratório, SAMU, Programas de Saúde da Família/PSF's, Atendimento Domiciliar/EMAD, Centro de Saúde, Centro de Especialidades Odontológicas e Centro Clínico de Especialidades)

Referência: Pregão Presencial Registro de Preços nº 041/2020

Objeto do Pregão Presencial Registro de Preços nº 041/2020: Contratação de Empresa para Fornecimento de Materiais Médicos, Laboratoriais e Hospitalares

Modalidade: Pregão Presencial Registro de Preços nº 041/2020

Quantidade de Itens Licitados: 125

Data do Parecer Jurídico Inicial: 28/setembro/2019 (Gilberto Pereira Borges - OAB/GO nº 24.336)

Data de Publicação do Aviso do Pregão Presencial Registro de Preços nº 041/2020: Placar do Município de Piracanjuba (05/outubro/2020), Edição nº 192 do Diário Oficial da União (06/outubro/2020) e Jornal "O Popular" (06/outubro/2020)

Recibo de Registro do Sistema Colare TCM/GO 1ª Fase: b22d499c-bbd8-4e8b-9287-1da6b988b0ec

Data de Abertura do Pregão Presencial Registro de Preços nº 041/2020: 20/outubro/2020

Valor Médio Licitado: R\$ 1.849.684,16

Data de Interposição de Recurso Administrativo ao Edital: 14/outubro/2020 (Atividade Comércio de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda)

Data da Suspensão do Pregão Presencial nº 041/2020: 19/outubro/2020

Data do Registro da Suspensão do Pregão Presencial nº 041/2020 no Sistema Colare do TCM/GO: 19/outubro/2020



**ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACANJUBA**



**Processo nº: 7041/2019
Despacho Jurídico**

Data de Julgamento do Recurso Administrativo ao Edital: 06/novembro/2020

Data do Edital Retificado do Pregão Presencial nº 041/2020: 12/janeiro/2021

Quantidade de Itens Licitados no Edital Retificado: 125

Valor Médio Licitado no Edital Retificado: R\$ 2.120.312,31

Data do Parecer Jurídico Inicial sobre Edital Retificado do Pregão Presencial nº 041/2020: INEXISTENTE

Data de Publicação do Aviso do Pregão Presencial Registro de Preços nº 041/2020 Retificado: Placar do Município de Piracanjuba (12/janeiro/2021), Edição nº 008 do Diário Oficial da União (13/janeiro/2021) e Jornal "O Popular" (13/janeiro/2021)

Data de Abertura do Pregão Presencial Registro de Preços Retificado nº 041/2020: 01/fevereiro/2021

Data de Pedido de Esclarecimento sobre Item Editalício: 26/janeiro/2021
(Betaniamed Comercial Eireli)

Data de Interposição de Recurso Administrativo ao Edital Retificado: 27/janeiro/2021 (Atividade Comércio de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda)

Data do Aviso de Suspensão do Pregão Presencial Retificado nº 041/2020: 27/janeiro/2021

Data da Publicação do Aviso de Suspensão do Pregão Presencial Retificado nº 041/2020: Placar do Município de Piracanjuba (27/janeiro/2021), Edição nº 019 do Diário Oficial da União (28/janeiro/2021) e Jornal "O Popular" (28/janeiro/2021)

Vieram os autos a essa Assessoria Jurídica para análise do recurso administrativo do tipo impugnação novamente questionando a precificação dos itens a serem licitados observando o custo desses itens serem dotados com dispositivos de segurança.



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACANJUBA



Processo nº: 7041/2019
Despacho Jurídico

Os itens agora impugnados foram o 01, 02, 14, 15, 33, 35, 37, 65, 66, 67, 69, 70, 86, 87, 88, 89 e 124, que por força da NR 32 devem possuir dispositivos de segurança, e segundo a recorrente na precificação apresentada se constituem em itens sem os referidos dispositivos.

Em outra seara houve pedido de esclarecimento em face do item 71, máscara N95, pois entendeu a empresa questionadora que se aceitaria a incidência da RDC 379, que não se encontra vigente, e as máscaras poderiam ser adquiridas sem estarem devidamente registradas na ANVISA e com Certificado de Aprovação emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Da Tempestividade

O procedimento licitatório é do tipo pregão presencial e tanto o recurso administrativo do tipo impugnação quanto o pedido de esclarecimento foram tempestivos e aconteceram em 27 de janeiro e 26 de janeiro, respectivamente, obedecendo assim o lapso temporal legalmente exigível.

Do Processo Administrativo

O processo administrativo 7041 é de 2019, e suas cotações remetem ao ano de 2020, onde pela incidência do COVID 19 materiais médicos, laboratoriais e hospitalares sofreram continuas altas em sua precificação, face a excessiva demanda de alguns itens.

Insta observar que os itens recorridos são utilizados não apenas nos atendimentos básicos das unidades de saúde, bem como no enfrentamento a



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACANJUBA



Processo nº: 7041/2019
Despacho Jurídico

pandemia, como no caso dos equipamentos de proteção individual.

O fato das cotações datarem de 2020 e o pregão ainda não ter sido aberto demonstra que as alegações no tocante a variações de preços possuem fundamentos, já que os efeitos da pandemia são mundiais e não apenas circunscritos ao território brasileiro.

Em 2020, algumas regras no tocante a produção e comercialização de materiais hospitalares, e equipamentos de proteção individual, foram flexibilizadas pois o segmento industrial não se encontrava preparado para os métodos de prevenção instituídos.

O edital do pregão presencial, e incluso o retificado, no subitem 1.2 estabelece que " os produtos constantes na presente licitação deverão atender as exigências de qualidade – ABNT, INMETRO, ANVISA, etc. (...)", ou seja, não se aceitarão produtos que não possuam registro ou certificado de aprovação, quando legalmente exigido.

Assim sendo, o questionamento não impede a continuidade do certame licitatório, contudo a comprovação da inexequibilidade dos preços licitados a priori sim.

Entretanto cabe aos conspícuos profissionais do Fundo Municipal de Saúde, e de forma precípua, aos farmacêuticos, analisarem a precificação dos 125 itens a serem licitados e opinar pela continuidade ou não do referido.

Considerando que nos trabalhos de conferência da atual precificação



**ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACANJUBA**



**Processo nº: 7041/2019
Despacho Jurídico**

dos itens novas cotações deverão ser efetuadas nada mais lógico do que a realização de novo procedimento licitatório, com preços atualizados, evitando assim que a maior parte dos itens se quedem desertos ou fracassados.

Da Conclusão

Considerando toda a documentação acostada aos presentes autos, tendo em vista, de forma primordial, o princípio da legalidade, que norteia todos os atos cometidos pela administração pública municipal.

Considerando que o Pregão Presencial nº 041/2020, em sua forma retificada, se encontra suspenso desde 27 de janeiro de 2021.

Considerando o aqui exposto pugna essa Assessoria Jurídica, em resposta à consulta aviada pela Comissão Municipal de Licitação de Piracanjuba,

- a) Pelo CONHECIMENTO do recurso administrativo enquanto tempestivo;
- b) Por seu encaminhamento ao Fundo Municipal de Saúde para que se proceda a conferência dos preços constantes no edital retificado, reiterando que o procedimento se iniciou em 2019, e até a presente data não teve a protocolização das propostas de preços;
- c) Após a conferência dos preços dos itens a serem licitados, e caso se comprove a inexecutabilidade dos referidos, que se formalize novo procedimento licitatório, para evitar que os itens se quedem desertos ou



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACANJUBA



Processo nº: 7041/2019
Despacho Jurídico

fracassados;

Recomenda ainda, o máximo cuidado com os prazos estipulados pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás para registro dos atos no sistema *Colare*, após a devida publicação nos meios oficiais.

Não obstante o presente parecer opinativo considera que a documentação apresentada possui veracidade ideológica.

É o parecer.

S. M. J.

Por ser o referido verdadeiro, firmo-o aos 11 dias do mês de fevereiro de 2021.


Leonardo Oliveira Rocha
OAB.GO n 22.140